



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Reunião Reservada	REUNIÃO Nº: 0141R/16	DATA: 09/03/2016	
LOCAL: Mato Castelhana - RS	INÍCIO: 17h17min	TÉRMINO: 18h42min	PÁGINAS: 33

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA - Procurador Rio Grande do Sul.
ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Mato Castelhana, Rio Grande do Sul.
LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.
FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.
JULIANO MANFROI - Presidente da Associação dos Produtores de Mato Castelhana.
GILSON MANFROI - Produtor rural.
EVANDRO OLIVEIRA E SILVA - Gerente da Cotrijal.
JOÃO CAETANO DA ROSA NETTO - Produtor rural.
MARIA HELENA - Produtora rural.
RUDIMAR DA ROSA - Produtor rural.
MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Delegado da Polícia Federal.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Gravação de baixa qualidade.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Boa tarde a todos. Grande parte dos senhores já me conhece, eu sou Rodinei Candeia. Nós estamos aqui trabalhando pela equipe técnica da CPI da FUNAI da Câmara dos Deputados. Eu fui requisitado pela CPI, estou lá à disposição, faço parte da equipe técnica. O Dr. Marcelo é Delegado da Polícia Federal, também autoridade requisitada; o Dr. Lucas Carvalho é Consultor Legislativo e o Dr. Fernando Rocha também. Nós compomos a equipe que faz todo o trabalho técnico, de bastidores, de Assessoria, para a CPI.

A CPI, como os senhores sabem, foi instaurada para identificar o porquê desse grave conflito, que existe em várias partes do País — o que está acontecendo, qual é a origem desse conflito, a dimensão dele, o que está acontecendo por trás —, e, ao final, no relatório, apresentar as proposições de solução, quais os encaminhamentos que nós entendemos que devam acontecer em função disso.

A ideia de vir aqui diretamente... Nós que somos da região já conhecemos, mais ou menos, a história daqui, mas é importante que isso seja gravado, que isso seja levado para a CPI, para que embase os relatórios lá, e que isso, realmente, seja um elemento para que nós possamos fazer as proposições, para que os administradores públicos possam decidir a respeito das condutas adequadas.

Então, na verdade, eu queria que alguém falasse aqui como foi essa iniciativa de demarcação, o que vocês passaram, os detalhes, as questões da ocupação, o histórico das ocupações, a presença indígena, a não-presença indígena, que fossem falando, e a gente vai completando essas explicações com as nossas próprias perguntas, e, aí, a gente vai deixando...

Então, quem vai falar primeiro? Peço a cada um que falar que, por favor, diga o seu nome e a sua função, a sua posição na comunidade, para que, depois, na degravação, isso possa ficar bem identificado.

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Boa tarde. O meu nome é Alexsander Picolo da Rosa, eu sou Assessor Jurídico aqui da Câmara de Vereadores e também presto auxílio jurídico para a Associação de Produtores Rurais do Entorno da Floresta Nacional de Mato Castelhana — PROFLOMA. Bem, os indígenas chegaram aqui em Mato Castelhana no ano de 2005, e, anteriormente





a essa data, não havia nenhum registro da presença de índios por aqui. A partir desse momento, a comunidade até os encarou como pessoas que realmente estavam precisando de um auxílio, estavam passando, talvez, de uma forma temporária, pelo Município, mas, aos poucos, eles foram ficando. Alguns comentários já naquela época saíram, de que eles estavam pretendendo a demarcação de uma área aqui em Mato Castelhana. Pessoas da comunidade não levaram, no início, muito a sério essa questão, porque, enfim, não acreditavam que algo do tipo pudesse acontecer, já que a ocupação, aqui em Mato Castelhana, por pessoas não indígenas, por agricultores, é mais do que centenária, inclusive com registros nos órgãos oficiais. Igualmente, na questão histórica, também não existem registros de que agricultores ou o Governo Estadual ou o Federal tenha retirado, tenha expulsado indígenas aqui de Mato Castelhana, da nossa comunidade, para assentar produtores. Nada disso existe. Então, em função de tudo isso, a comunidade não levou muito a sério, de início. Conforme o tempo foi passando, as coisas começaram a apertar, porque quem estava iniciando o movimento, quem estava um pouquinho mais preocupado acabou descobrindo que, realmente, existia um processo para demarcação de uma área aqui, que esse processo já estava bastante avançado, que já tinha sido nomeado um grupo técnico para fazer um estudo preliminar da área, para identificação de ser ou não terra indígena — esse grupo técnico foi escolhido pela FUNAI. Aí, nós fomos tendo acesso a alguns poucos documentos, porque na maioria das vezes as informações que nós tínhamos eram do disque-disque, que a gente fala aqui no palavreado do nosso povo gaúcho. Quando nós íamos até a FUNAI em busca de informações, essas informações não eram prestadas, porque eles sempre nos diziam que essas informações tinham um cunho reservado, era esse o termo que eles utilizavam para nós, que não podia ser publicizado nada até então. Nós acabamos fazendo um pedido por escrito. Pela Associação de Produtores, pela Câmara de Vereadores e pelo Poder Executivo, fizemos pedidos escritos de cópia do procedimento que estava instaurado aqui com respeito a Mato Castelhana. Veio um documento oficial lá de Brasília, assinado pelo responsável, pelo Departamento lá na FUNAI nessa área. Nós temos esse documento guardado, está no nosso dossiê, justamente afirmando que todas as informações atinentes ao processo administrativo eram de cunho reservado, que nós





só íamos ter acesso depois de publicado o relatório no Diário Oficial, depois do segundo trabalho feito pelo grupo técnico.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Temos, temos condições, sim, de encaminhar. Aí, a associação, inclusive, teve que ingressar com uma ação judicial na Justiça Federal para conseguir uma cópia do processo de demarcação. Depois de um tempo, nós conseguimos acesso ao tal do relatório, ou seja, já de início o processo não é nada transparente, porque nós não sabemos o que nós estamos enfrentando, do que nós devemos nos defender, como nós temos que nos preparar, não sabemos se o João está dentro, se o Paulo está fora. A partir desse momento, acabou se criando um clima de terror e tensão na comunidade.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Todos a partir de... na verdade, não há nada palpável, a maioria das informações contidas lá são baseadas nas provas orais dos indígenas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Em 2005, iniciaram os estudos, fomos ter acesso lá por volta de 2012, 2013.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Isso. Eles chegaram e já fizeram um requerimento para a FUNAI abrir o procedimento administrativo, lá em 2005, mas nós não sabíamos, ninguém sabia, ninguém tinha conhecimento. Então, quando todo o mundo percebeu que a situação era muito séria, porque observando o que vinha acontecendo aqui e o que vinha acontecendo no resto do Brasil de notícias de que a FUNAI vinha tendo algumas atitudes que não eram transparentes para com os envolvidos, inclusive, de certa forma, as notícias que vinham a nós eram no sentido de que a FUNAI criava provas para fins de demarcação Brasil afora, aí nós começamos a nos organizar e fomos também atrás de informações e de documentos. Elaboramos um relatório que nós vamos colocar à disposição dos senhores, é um relatório que buscou ser um pouco minucioso. O que acontecia? Os indígenas tinham problemas também entre eles na luta da busca pelo poder. Eles iam, muitas vezes, se queixar ao Ministério Público Federal. Tudo isso ficava





registrado nos Anais do Ministério Público Federal, que abria procedimentos, arquivava relatos e, dependendo da situação, abria procedimentos administrativos. Nós fomos atrás desses procedimentos, conseguimos cópias. Descobrimos uma situação realmente horripilante. Por quê? A partir dali, descobrimos que esses índios vieram de terras indígenas já demarcadas, nos moldes do art. 231 da Constituição Federal. Eles vieram a Mato Castelhana, por exemplo, da Terra Indígena da Serrinha, da Terra Indígena do Guarita e da Terra Indígena do Ligeiro — são três áreas demarcadas. Ou seja, por um motivo ou por outro, eles abandonaram aquelas áreas que possuíam lá. Essa foi a impressão que nós tivemos quando começamos a ler a documentação. Em várias páginas mais à frente, revelou-se o motivo principal: o arrendamento de áreas indígenas para não índios. Qual era o efeito? Qual era o resultado disso? Com o arrendamento da área por parte dos caciques, faltava área para que os outros indígenas que não tinham nenhum poder dentro do cacicado pudessem sobreviver, nos termos da Constituição, que é o que eles querem. Eles se queixam disso ao Ministério Público Federal. Tudo isso está registrado. Não foi nenhum de nós que foi lá e criou um documento. São queixas deles próprios ao Ministério Público Federal. Em Serrinha, por exemplo, são 11 mil hectares, se não me falha a memória, de área demarcada. Eles contam que lá há mil hectares que o cacique arrendou para um tal de Ludic e que há mais 2 mil hectares que foram arrendados para outro senhor. Tudo isso está no nosso relatório que nós vamos passar para os senhores. Ao mesmo tempo em que eles relatam isso, eles contam e noticiam que há dois caciques que estão brigando para disputar quem vai ser o cacique depois de a Terra Indígena Mato Castelhana ser demarcada, quem vai comandar as questões por aqui. E se iniciam também denúncias. De um lado, alguns índios denunciam que um dos caciques deixou área arrendada lá na Serrinha, que ele tem tantos hectares lá na Serrinha, mas está acampado aqui dizendo que não tem nenhuma área e está comandando o movimento. Assim como surgem denúncias de outro lado que afirmam que o outro pretense cacique, o Jonatas, esteve já em 6 demarcações. Ele nasceu em uma terra indígena que já era demarcada. Acabou pulando para outra área indígena, que também acabou sendo demarcada, e foi para mais duas ou três que foram recuperadas para os índios, mas em função de uma razão diferenciada que não tem nada a ver com o caso de Mato





Castelhana. Foi aquele fato de o Governo Estadual, na década de 60, ter entregado para alguns agricultores algumas áreas que a princípio eram consideradas indígenas e demarcadas para os indígenas. Eles vieram a retomar no futuro essas áreas. Esse cacique passou por cada uma dessas tentativas de retomada, só que, em cada uma delas, ele afirmava que tinha direito sobre aquela área, que era algo ancestral, que estava incutido no sangue dele, mas ele não ficou em nenhuma delas. Poxa! Por que agora ele quer demarcar mais uma em Mato Castelhana se talvez ele também não vai ficar? Que interesse há por trás disso? Será que também é, no futuro, arrendar as áreas, como a gente sabe como acontece nessas já demarcadas? Dando prosseguimento, lá pelas tantas, existem também provas desses relatos, que os próprios índios fazem ao Ministério Público Federal, de que eles estavam tentando fazer um ajuste pela divisão, na qual um ficaria com a Floresta Nacional de Passo Fundo, localizada em Mato Castelhana, com 1.300 hectares de mato. Não é um mato 100% nativo, porque antigamente, antes de 1940, antes de ser criada a Floresta Nacional de Passo Fundo, essas áreas pertenciam a agricultores com escritura pública. Eram registradas em nome de agricultores com a escritura. E aí o Instituto do Pinho, não é... o IBAMA acabou adquirindo essas áreas dos agricultores e plantou essa floresta. Ela não é o resto de uma floresta que ficou, de 1.300 hectares, não. Mais ou menos mil hectares dela foram plantados e pertenciam a agricultores, não a índios, a agricultores, em 1940. E esse índio, esse tal de Jonas, ele tinha uma preferência por ficar com a parte de mato, porque, de acordo com os cálculos dele, com a venda dos pinheiros, iria dar 80 mil por família a cada ano. Não iam precisar trabalhar muito para ter um lucro bacana. O outro cacique, o Dorvalino, ficaria com a terra de planta, porque ele poderia dar os jeitos dele, na área de planta. Tudo isso está narrado dentro desse inquérito que foi aberto no Ministério Público Federal. Igualmente, tem narrativas, por exemplo, de professoras indígenas que trabalham dentro das duas escolas indígenas que existem em Mato Castelhana. Estavam denunciando ao Ministério Público Federal que o cacique... que Jônatas estava cobrando uma espécie de pedágio para elas poderem ser indicadas para contratação. Para poder dar aula ali, tinham que pagar uma quantia mensal a ele. As próprias indígenas estavam denunciando isso ao Ministério Público Federal. Deixe... Vou só dar uma rápida folheada aqui para ver se tem mais alguma situação bastante





pontual para registrar. *(Pausa.)* Bom, talvez a última... Daí, se tiver alguém que... tiver mais algo a somar, daí pode contribuir também. Mais de 50% dos índios que estão hoje em Mato Castelhana, eles vieram... Retomando o raciocínio: eles saíram das suas áreas demarcadas, foram para o Município de Pontão entre 2003 e 2005, tentaram lá uma demarcação, falaram que os ancestrais eram de lá. Aí a FUNAI abriu um procedimento lá no Município de Pontão, concluiu que aquela área não era indígena e explicitou... No relatório que foi elaborado pela antropóloga, ela foi clara no sentido de que aqueles índios que estavam em Pontão, eles saíram de terra indígena já demarcada, já tiveram o direito constitucional deles assegurado, que não cabia uma demarcação no Município de Pontão para aqueles índios e que, ao contrário do que a FUNAI estava pretendendo, se deveria ter uma intromissão maior nas áreas indígenas já demarcadas para resguardar o direito constitucional do índio à terra, dentro da área que pertence a eles. Ou seja, tem que eliminar, abolir os arrendamentos. Esse é o principal motivo. Foi isso que desencadeou todo o problema, no mínimo, aqui no norte do Rio Grande do Sul. E, ao invés de eles retornarem para suas áreas de origem, ao invés de a FUNAI fazer um programa, desempenhar a sua função, que é prevista na legislação, de resguardar o direito do indígena dentro daquela área que foi demarcada... O que eles fizeram? Ao invés de voltarem, vieram para Mato Castelhana. Mais da metade dos indígenas que estão hoje aqui tem essa origem do Município de Pontão. Saíram das originárias, foram para Pontão e hoje estão em Mato Castelhana mais uma vez tentando uma demarcação. Nós olhamos também o outro lado, né? Nós estamos sofrendo, mas só que nós sabemos que eles estão ali embaixo de lonas, que a situação habitacional deles é precária. Alguns hoje têm casa de madeira. Saneamento básico não existe. E pode ter certeza: a maioria está sendo usada por uma minoria que está pretendendo fazer uma mesma política que vem acontecendo hoje nas terras indígenas que já são demarcadas. Nada é de graça, alguma coisa muito forte está por trás disso. Nós temos documentos que, no mínimo, mostram o indício dessa existência contada por eles. Tudo é contado por eles, nada é invenção de não índio.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A respeito da FLONA, existe uma pretensão dos indígenas de, de qualquer forma, ocuparem pelo menos uma parte para saírem dessa situação, que realmente é precária, e, para





qualquer pessoa, ela não é adequada, né, independentemente da condição em que se encontre, enfim.

Qual é a posição de vocês a respeito de, eventualmente, transformar uma parte, uma pequena parte da FLONA em reserva ou alguma coisa assim?

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Olha, nós sabemos que essa Floresta Nacional, ela é o que hoje nos orgulha, né, porque, em toda a nossa região, em toda a nossa região, é uma das únicas florestas desse tamanho, nesse patamar, que existem. É uma situação que... talvez se possa conversar. Mas só que nós temos um pouco de medo no seguinte sentido: é certo que nenhum de nós, não índios, é certo que nem todo mundo é santo, mas só que todas as ações que envolvem eles, de uma forma ou de outra, têm o objetivo de fazer uma utilização não muito legal daquilo que eles pretendem demarcar. E aí nos preocuparia o que poderia acontecer com a Floresta Nacional, se fosse entregue um pedaço dela ou toda ela aos indígenas, né? Nós sabemos que o Estado não tem condições, a princípio, de fazer um acompanhamento 24 horas na floresta. É impossível, humanamente, e não há pessoal para isso, né? E nós temos medo simplesmente desse jeitinho que — querendo ou não, eles, que são indígenas naturais, que, a princípio, não teriam, não carregariam nenhum mal na consciência —, desse jeitinho que eles aprenderam a desempenhar muito bem. O nosso medo é só isso. Podemos conversar, só que ela não pertence somente a nós. Mas nós temos medo do que pode acontecer com ela se for entregue, sim, um pedaço dela para os indígenas. A nossa ideia inicial sempre foi partir do pressuposto de que de nada adianta demarcar mais um pedaço de terra ou de nada adianta entregar mais um pedaço da Floresta Nacional de Passo Fundo para os indígenas, se aquela política de arrendamento continuar nas terras indígenas já demarcadas, porque o problema não vai se resolver simplesmente por entregar um pedaço da FLONA para eles. Amanhã ou depois outras pretensões de demarcação vão surgir, seja em Mato Castelhana ou em qualquer outro Município da nossa região, porque novamente vai ter áreas arrendadas, índios vão ficar sem terra nas áreas constitucionalmente reconhecidas como pertencentes a eles, e eles vão se obrigar a sair dessas áreas porque, senão, não vão ter como sobreviver, e vão pretender, mais uma vez, novas demarcações.





Podemos conversar, mas achamos que não é a solução para o problema real, para o problema que existe, né, nesses processos de demarcação.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A respeito dessa documentação que vocês obtiveram no MPE, vocês podem nos fornecê-la?

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Sim, nós temos cópia de todos os procedimentos, inquéritos. Inclusive, o relatório que nós fizemos, ele já aponta o número do inquérito e a folha, a página em que aquela informação pode ser encontrada.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Se puder nos fornecer, por favor, vai ser muito útil na CPI.

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Com certeza.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Não tenho, mas, se necessário fosse...

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Muito se fala que seria preciso demarcar terra indígena justamente pelo contrário do que você falou, que seria para preservar, né, que o indígena viveria o modo tradicional, e esse é um argumento muito utilizado. E, pela fala que eu estou escutando aqui, vocês me corrijam se eu estiver errado, me parece que os indígenas daqui, pelo menos, já têm os valores muito próximos — preservam, talvez, parte de sua cultura — da cultura não indígena. Ou seja, dinheiro, né? Plantam soja, plantam outras culturas.

E, pelo que você me mostrou, essa preocupação com a floresta seria justamente o contrário. Pelo que vocês observam, os indígenas daqui são agricultores? Eles querem é plantar na terra ou arrendar? O que vocês têm para dizer sobre isso?

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Certo. No começo, quando eles chegaram aqui, e a população não tinha a consciência do problema, muitos deles acabavam trabalhando de diarista para agricultores. Existia um certo laço, assim, de comunicação com eles, né? Qual é a situação atual? Eles não trabalham, eles só ficam no acampamento, né, porque não há área particular invadida. Hoje eles estão acampados, eles chegaram em 2005 e estão até hoje acampados ao lado da BR-285, na área de domínio que pertence ao... que o DNIT é o responsável pela





administração. Eles tentaram duas vezes ingressar, entrar na Floresta Nacional e, nas duas vezes, por ações de reintegração de posse, eles foram obrigados a sair do local, né, foram obrigados a sair do local. Então, eles não trabalham. Nós... Pelo que a gente sabe, não tem como afirmar que são agricultores, porque eles estão aqui desde 2005 e não têm como produzir, porque não têm área para produzir. O que nós vimos é que eles vêm comprar alguns produtos em razão de recursos que são repassados para eles pelo Governo Federal. E, fora isso, eles não têm, assim, nenhuma... não chegam a trabalhar no Município. Se forem procurar hoje lá, eu acredito que não tenha nenhum que trabalhe no Município. E, se eu estiver enganado, alguém já, por favor, me auxilie, me ajude. É isso. Eu acho que ninguém trabalha, né? Não, não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Na documentação, essa que vocês vão nos fornecer, tem também esse laudo antropológico lá de Pontão?

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Sim, eu tenho uma cópia do laudo concluído.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nós estivemos conversando, tanto aqui em Mato Castelhana como lá em Gentil, e a gente colocou essa questão de que hoje, com a orientação que a jurisprudência acabou tomando, ficou bastante firme a questão de que a demarcação, por tradicionalidade, tem que obedecer ao marco temporal. E aqui realmente não há essa situação, como a gente vinha já verificando há bastante tempo. Em Gentil não há, enfim, em lugar nenhum há. E a verdade é que a possibilidade de que seja demarcada, ela ficou cada vez mais reduzida principalmente em função das últimas decisões que vêm sendo tomadas.

Aí, o que nós perguntamos a eles é o seguinte: *“Tá, em face dessa realidade, o que se faz daqui para frente?”* Porque nós estamos com um problema e a situação não muda. Se não for demarcado, não vai mudar nada, o problema vai continuar ali, o foco de conflito vai continuar ali, as famílias vão continuar num estado em que nenhum de nós deseja que eles estejam, né, numa situação de vulnerabilidade, morando à beira da estrada. Isso não é humano, né? Todos nós, por nossas convicções filosóficas, religiosas e humanistas... nenhum... quer para ninguém isso,





né? Independentemente do problema que foi criado ou por quem foi criado, a realidade está estabelecida.

E aí colocamos algumas questões: *“Daqui para frente, o que se poderia fazer?”* *“Não vai demarcar.”* *“O que se poderia fazer?”* No fim, eles disseram basicamente que o que precisaria era de uma área, pelo menos, para se localizarem com alguma dignidade. Deu a entender ali... de 10, 15 hectares, até mesmo na FLONA, e que eles pudessem trabalhar, que eles pudessem sair. E aí eu perguntei: *“Qual é a dificuldade de trabalhar?”* É que eles não têm formação, ou vão para a colheita da maçã, ou vão trabalhar em frigorífico, ou coisas assim. Hoje a gente sabe que quem está se sujeitando a trabalhar nos regimes de frigorífico ou é imigrante, refugiado, né... ou têm sido pessoas com uma formação profissional bem frágil, né? E aí eu perguntei se trabalhassem nessa questão da formação profissional, na assistência à saúde, à educação, se eles teriam a ideia de trabalhar nisso e se isso impactaria na sua condição de indígena. E eles disseram que não, que isso seria exatamente o que eles precisam, de ter condições de competir com igualdade no mercado de trabalho, e que eles só querem a referência de que são indígenas e que isso em nada interferiria.

Nós vimos lá em Votouro também, na segunda-feira, que essa situação também é presente. Ou seja, 70% dos jovens e das pessoas lá em idade de trabalho vão trabalhar fora e depois voltam para a reserva. E a reserva tem uma área comum que planta para o benefício de todo mundo e mais as áreas privadas de cada um.

A pergunta que eu faço é a seguinte. Imaginemos que nós fôssemos fazer uma aproximação, para resolver esse problema de uma vez por todas. Evidentemente, eu não tenho compreensão nem posso pensar na hipótese de que haja demarcação nos moldes em que foi pedida, mas que se propusesse, então, uma área da FLONA ou se adquirisse uma área que fosse de fixação. Os senhores entendem que seria possível que a comunidade também abraçasse um projeto para solucionar essa condição de conflito e até mesmo de... Porque essa vulnerabilidade os leva também a atividades que não são formais, desde uma profissão informal até mesmo à criminalidade.





Então, assim, eu queria saber como é que vocês enxergam isso, a gente tentar construir uma solução consensuada, uma solução em que todos pudessem sair satisfeitos. Como é que isso transitaria entre vocês?

Não é preciso só você falar. Se tem mais gente que queira falar, dar opinião, é interessante ouvir.

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Eu posso falar, por primeiro, e expor a... Tenho certeza de que eu não falo em nome de todos, mas... expor pelo menos a minha opinião, com base naquilo que eu sempre escutei. Assim, a realização de uma mesa de conversa, uma mesa-redonda para tratar disso... Eu acredito que seja possível sentar e conversar. Acredito que seja possível sentar e conversar. Só que eu também, da mesma forma que eu entendo que é possível, eu também gostaria de fazer uma observação. Por exemplo, Serrinha tem 11 mil hectares. Uma parte delas... Pelo menos sempre foi noticiado que foi arrendado mil hectares, 2 mil, 3 mil. Se eles quisessem 10 ou 15 hectares, a FUNAI não teria como sentar e conversar com as lideranças e definir *“Olha, dentro da Serrinha, nesses 15 hectares ninguém põe a mão; aqui cacique não manda”*, e determinar ou assentar esse pessoal dentro dos 15 hectares, numa área já demarcada? Porque 15 hectares dentro de 11 mil hectares é praticamente nada.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Na verdade, eles falaram, salvo engano, 15 hectares por família.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É, mas... São 15 hectares, depois, por família, né? Eles queriam, primeiro, um lugar para se colocar.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Mas eu entendi seu argumento: teria áreas arrendadas que os indígenas não estão usando. Isso é uma realidade aqui na região. Ou seja, eles não usam aquela área arrendada.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É. Eles alegam o seguinte... Posso adiantar para vocês que o problema é que eles hoje, depois de 9 anos fora, eles não são aceitos mais em reserva nenhuma, até pelo temor de haver o conflito com as lideranças — ou seja, de aquele líder que está lá achar que ele vem para tomar a liderança. E vocês sabem que a disputa é pelo produto ou do arrendamento ou... Em algumas reservas, a realidade é essa. Eu sei, por conhecimento próprio — já trabalhei em processo lá de Serrinha, quando houve a





demarcação, antes mesmo de ser restituída aos indígenas; era uma área que já era indígena, só foi restituída —, que já estava decidido que cinco grandes agricultores da região seriam os arrendatários. Sou capaz de lembrar até o nome deles. E parece que isso se manteve. Então, realmente, lá é um problema grave e foco de conflito. Enquanto isso não for resolvido, vamos continuar tendo esse problema. Eu não sei como ficaria essa construção de uma solução que implica invadir o espaço de um cacique que está com a vida tranquila. Mas é um argumento, né? Por que 15 hectares fora, se eu tenho lá uma outra área, né?

O SR. JULIANO MANFROI - Boa tarde. Meu nome é Juliano Manfroi, sou Presidente da Associação dos Produtores. Eu acho... Seguindo esse mesmo raciocínio do Alex, eu, como produtor, vejo o seguinte, doutor: como é que pode os índios terem 11 mil hectares na Serrinha, tá, e aqui, na área pretendida por eles, que é de 3.500 hectares, viverem 350 famílias de produtores? Então, se aqui se sustentam 350 famílias em 3.500 hectares, os índios, com 11 mil hectares, têm que adquirir mais terra? Então, eu acho que aí tem uma desproporção ou alguma coisa está errada.

O SR. GILSON MANFROI - Boa tarde. Meu nome é Gilson Manfroi. Eu sou produtor. Algumas considerações, né, doutor, em relação à alocação, então, né, das famílias indígenas. A gente acompanha e vê, vamos dizer assim, a vivência deles no dia a dia, que não deve ser muito fácil embaixo do acampamento, mas não muito difícil também pela forma que eles conduzem a formatação de vida deles. Para se chegar, vamos dizer assim, não a um acordo, a um projeto, eu acho, porque tem que ser feito um projeto... Não é um acordo, não é... Acho que tem que ser algo sustentável e que seja, vamos dizer assim, que leve... que fomente e que incentive para que essas pessoas tenham uma perpetuidade. Não adianta nós simplesmente tirarmos essas pessoas da BR-285, aqui, jogar dentro de 15 hectares e amanhã nós mandarmos embora. Então, né, esse não seria o objetivo. Minha opinião particular, Dr. Rodinei. A floresta, ela foi adquirida pela União há muitos anos. Ela não foi uma área que foi totalmente desapropriada. Minha família está aqui. Nós temos escrituras de cento e alguns anos atrás, 124, eu acho que é, né, Alex, se não me falha a memória. Meu avô tem 92 anos de idade. Em relação a todo esse marco temporal, então, assim, nunca ouviu falar e nunca... se teve índio na região aqui. A





preocupação, tá, Dr. Rodinei, é que a gente tem, porque hoje, a FUNAI, para mim, particularmente, não é mais uma instituição séria, entendeu, porque uma instituição séria é quando a gente trabalha as coisas de acordo com a normalidade, de acordo com a regularidade. A partir do momento em que se instiga, que se traz debate a uma área... Por que nós tivemos dificuldade de fazer os produtores entenderem a situação, a causa indígena em Mato Castelhana e se chegou a essa situação? Porque o produtor não acreditava que, em escrituras com 90, 100 anos, que teria esse problema, a partir do momento em que se tem uma Constituição que está dizendo que não é isso, entendeu? E a FUNAI veio aqui, fez os estudos, essa proposta que o Alex já relatou, né? Eu acho, né, Alex, no meu ponto de vista, que sim, que se pode sentar a uma mesa para estudar — nós temos aqui pessoas, vamos dizer assim, com capacidade de conhecimento, de estudo e de ajuda muito grande —, mas desde que seja feito um projeto viável, para que essas pessoas não sejam simplesmente retiradas de dentro da BR e nós depois não consigamos deixá-las instaladas e amanhã elas estejam causando problema em outra região, porque hoje isso... Aqui, em Mato Castelhana, a partir da chegada deles, nós criamos dois problemas, um para eles, que não têm onde se alocar, que é um problema, e outro para nós produtores. O produtor rural hoje... Um exemplo meu, claro: eu tinha uma área que era o meu capital, que eu trabalhei... com o meu suor... com o meu pai para comprar que valia mil sacos de soja. Hoje pergunto: alguém aqui compra minha área por 500 sacos de soja, se eu precisar vender para pagar qualquer coisa, um endividamento que eu tenha, alguma coisa? Se eu precisasse me desfazer desse capital, não tinha liquidez nenhuma. Então, nós temos dois grandes problemas, que têm que ser resolvidos: um é a questão indígena e outro é a questão do produtor, que nós temos hoje trezentas e poucas famílias — me ajuda aqui — que estão dentro dessa área, supostamente, que seria, né, indígena. Então, o que nós precisaríamos... Particularmente, eu não concordaria em nós assumirmos uma instituição tipo a FLONA para fazer um projeto indígena, porque hoje — nós falamos em preservação, em meio ambiente — nós temos aqui uma floresta de 1.300 hectares toda ela nativa, né, toda ela nativa. Por mais que os indígenas tenham uma cultura e tal, é impossível você viver dentro de uma FLONA sem você desmatar ou sem você ocupar... ela. Você não vai... Não vai existir preservação. Isso não...





Então... Agora, se for para estudar um projeto de viabilidade dentro de áreas que têm condições, com certeza a Associação de Produtores — eu acho, né, Juliano? — e todos os produtores que estão aqui, nós estamos à disposição para ajudar no que for necessário.

O SR. EVANDRO OLIVEIRA E SILVA - Boa tarde. Meu nome é Evandro. Trabalho na empresa Cotrijal, que hoje está instalada aqui em Mato Castelhana. Só para contribuir também, tentar contribuir, a gente acompanha o trabalho dos produtores, e hoje a agricultura, por mais que o produtor já esteja instalado ali há 30, 40 anos, em cima, com toda a estrutura, doutor, em 15 hectares, eu acredito que uma família simplesmente largar em cima de 15 hectares, sem uma estrutura, não se sustentaria. Então, seria largar hoje ali para daqui a 1 ano ou 2 tem que retirar ali, e tem que dar o que comer para ela. Então, acredito que não é simplesmente pegar e largar uma família em cima de 15 hectares que seria a solução.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Alguém mais vai falar? Só um gancho na pergunta que o nosso colega aqui retratou. Parece que, por óbvio, ninguém iria comprar uma área que está suspeita de demarcação. Então, o preço da área cai. Em relação ao financiamento com os bancos, existe alguma dificuldade por essa área estar em dúvida se demarca ou não demarca? Existe algum problema com financiamento bancário? Ou financiamento de outra forma?

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Hoje, particularmente, não, porque ela é uma área que ainda não tem nenhum gravame na matrícula. Mas, hoje, ainda não. Hoje o produtor não está tendo essa necessidade de financiar. Obviamente que a instituição financeira que souber que essa área está dentro de uma suposta demarcação, em garantia... Por exemplo, eu vou comprar um equipamento, ela não serve para garantia, né? Se a instituição financeira tiver o conhecimento deste... Agora, em relação ao cultivo, não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nós estivemos em outros locais, que nem em Erechim, uma notificação do Ministério Público aos bancos, para que não fizesse financiamento de área que estivesse dentro da pretensão de demarcação de Mato Preto. Aqui não aconteceu isso? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ok.





O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Outra pergunta: vocês têm uma associação de produtores, né? Alguém dessa associação faz esse arrendamento indígena? Qual o diálogo com quem faz? Vocês são contrários ao produtor arrendar a terra indígena, ou esse arrendamento nem é aqui no Município? Eu não sou da região, não conheço. Há esse diálogo entre os produtores: “Ó, *não vamos não arrendar por causa disso, ou não, vamos*”?

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Aqui não tem arrendamento de áreas deles, porque eles não têm área no Município. Então, não acontece arrendamento porque eles não têm áreas. Eles estão só naquele pedacinho de chão que pertence ao DNIT, que é administrado pelo DNIT, que é área de domínio da BR-285, da rodovia.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E como é que vocês sabem que eles pretenderiam a área para depois arrendar?

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - É porque está escrito nesses documentos que estão guardados junto ao Ministério Público Federal, e seria um relato deles próprios, de um cacique denunciando, de uma liderança indígena denunciando a outra liderança, e comentando como que eles iriam resolver, a princípio, o impasse, que não estavam conseguindo chegar num acordo de como seria a administração depois de demarcado, quando se tinha aquela ideia inicial de que era fácil demarcar uma terra como sendo indígena.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Quer dizer, eles são de outro Município?

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - É, eles vieram de outro Município, e aí nesses documentos está escrito que eles vieram pelo motivo seguinte: de que lá as áreas estavam sendo arrendadas, faltou área para eles, e eles tinham que conseguir uma área em algum outro lugar; e vieram acampar aqui, em Mato Castelhana.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Outra pergunta: eu queria que alguém contasse os problemas que passou ou que teve, em função dessa demarcação. Se alguém passou algum problema particular mais específico, por favor!





O SR. JOÃO CAETANO DA ROSA NETTO - Boa tarde a todos. Meu nome é João Caetano. A gente planta uma área de 62 hectares, onde a área total é 100 hectares, e o restante é preservação. Ali a dificuldade é muito grande, porque a gente plantava, no inverno colocava umas vacas de leite, um gadinho lá. E o que acontece? No verão, a tua insegurança na planta de soja é muito grande. Desde quando a gente vai trabalhar lá que sempre os indígenas estão por ali, estão caminhando, pescando nos açudes da propriedade. Nas estradas em que a gente passa por dentro da floresta, porque a gente ocupa as estradas ali, sempre eles estão ali. Andam armados, a gente já viu. Gado, a gente, no inverno, não consegue colocar, porque a gente sabe, a gente já seguiu o rastro, eles roubam. Eles vêm carnear o gado, vem aqui, atrás da casa deles, ali onde eles estão localizados. A gente já fez denúncia, já fez ocorrência na polícia. E a dificuldade é muito grande. A desvalorização das áreas, sem contar que hoje elas não valem nada, tu não consegue, como o Gilson falou aqui, a gente não consegue vender. Nós temos mais problemas também em Mato Castelhana — acho que vale a pena a gente colocar um pouquinho. No entorno da floresta, a gente não consegue plantar soja transgênica, dentro dos 500 metros, a dificuldade é maior ainda, a desvalorização é maior ainda. Mato Castelhana era uma terra muito de se viver, porque quando a área foi desapropriada para fazer a floresta, meu pai, e tem vários pais do pessoal que está aqui hoje, eles ajudaram a “formatalizar” essa floresta. Ajudaram a plantar o pinheiro, a araucária, a limpar. Ela foi criada por agricultores. Foi desapropriada, mas foi criada por agricultores. Colocar hoje os índios ali dentro, numa parte da floresta, o que me parece? Vão continuar roubos de gado, por parte deles, porque eles não vão parar. Eles vão destruir a floresta. E me parece, eu não sei bem, o Alex, pode completar um pouquinho depois, que eles já tinham feito até avaliação da floresta, da quantidade de madeira. A floresta de Mato Castelhana para nós é um orgulho, para a gente que mora aqui. A preservação das localidades ao redor, também. Eu acho que é inviável colocar eles ali. Eles não vão tirar sustento nenhum dali. Nós não temos empresa em Mato Castelhana também para poder colocar eles para trabalhar. Eles vão ter que sair para trabalhar. Eles não vão ter transporte, talvez, para ir. A solução, na minha opinião: existem vários lugares, a região das Missões, tem outras várias regiões que têm muita terra à venda, áreas grandes, por





que não a União, o Governo comprar uma área lá, mil, 2 mil hectares e colocar esse pessoal? Talvez lá eles vão ficar muito melhor, porque a área é maior. Eles podem tirar o seu próprio sustento. Aqui não tem como eles fazerem isso. Eles não vão ter como tirar o seu sustento. E me parece que é a melhor solução.

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - O pessoal comentou antes aqui, relembrando, que numa manifestação indígena eles bloquearam a rodovia, um dos nossos agricultores ficou com medo de ficar parado ali, porque ele era um dos atingidos, era também um dos que estava no movimento, e ele foi desviar pela lateral, para não ficar parado ali, no bloqueio dos indígenas, e ele foi parado a pauladas e pedradas, tiraram ele de dentro do veículo dele, e deixaram ele por morto, no chão. E me parece que houve até denúncia. A própria Polícia Federal prestou um acompanhamento, foi aberto inquérito para investigação. E nós tivemos esse problema que foi muito sério, que foi quase um... Não foi uma fatalidade, de forma alguma, foi uma tentativa de homicídio. E para complementar...

(Não identificado) - Você tem o nome do...

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - É Raul Kurtis Xavier, Kurtis com .

(Não identificado) - Ele foi levado à Polícia Federal, aqui em Passo Fundo.

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Aqui em Passo Fundo. Foi Passo Fundo, né? Sim. E isso aqui em Mato Castelhana. Aqui em Mato Castelhana

O SR. JOÃO CAETANO DA ROSA NETTO - Ele ficou com receio e retirou a queixa, né?

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Não sei.

O SR. JOÃO CAETANO DA ROSA NETTO - É, receio. E retirou a queixa.

(Não identificado) - Mas a Polícia Federal tomou conhecimento, então.

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Tomou conhecimento. É. Se não me engano, tenho até uma cópia do boletim de... Eu posso dar uma olhada lá nos meus arquivos, mas eu acho que eu tenho uma cópia do boletim de ocorrência, que foi feito o registro junto à Polícia Federal. Antes, foi-me questionado sobre aquela questão da FLONA, como é que eles dividiriam, se iam arrendar áreas, ou não. Tem também uma informação junto ao Ministério Público Federal, que o promotor, o procurador federal chamou um dos caciques, e o próprio cacique contou que, a princípio, a ideia inicial era vender só as árvores exóticas, porque eles iam precisar





comprar maquinário. Que eles iam vender só as árvores exóticas da Floresta Nacional. Isso ele falou dentro do inquérito civil público, tem um número aqui no relatório. Ele falou que ia vender. Ou seja, a intenção realmente é... Não sei qual é o motivo, mas árvores, em tese, seriam tiradas para alguma finalidade. E ele continua contando que da outra parte, o outro cacique já teria contatado várias serrarias da região, consultando os preços da madeira e planejando com o seu grupo a venda da madeira da FLONA, e os indígenas que o apoiassem poderiam ganhar 80 mil reais por hectare ao ano e que ele vinha sugerindo, esse Jonatas, que o outro grupo, então, que ficasse com a terra do Mato. Está escrito no relatório uma informação do índio, dele, do cacique, dizendo que ia retirar o Mato da FLONA.

A SRA. MARIA HELENA - Boa tarde. Eu me chamo Maria Helena. Eu gostaria de colocar um pouquinho não só sobre essa questão de agressões físicas, invasões, mas também da questão emocional e psicológica. Eu sou casada há 35 anos, eu e meu marido somos agricultores. O que nós herdamos do meu sogro foram alguns hectares, 2, 3 hectares, e também ganhamos uma casa dele, no momento em que nós nos casamos. Hoje, nós temos uma base de 35, 40 hectares que foram adquiridos com nosso trabalho. Eu, além de agricultora, trabalho fora. Então, nós sempre trabalhamos na lavoura, ordenhávamos vaca de madrugada, e depois íamos trabalhar, ajudávamos a fazer parto de vaca noite adentro e depois íamos trabalhar. E eu tenho dois filhos. Os meus dois filhos, infelizmente — ou felizmente, pois eles estão em minhas mãos — são portadores de uma doença genética chamada Paraparesia Espástica Familiar, e hoje os dois são cadeirantes. O meu filho tem 32 anos e minha filha tem 23 anos, os dois com limitações severas. Eles dependem 100% de nós, de mim e do pai deles. E a nossa situação emocional está bastante abalada, principalmente a do meu marido. Ele, hoje, usa quatro medicações para tentar manter a estabilidade emocional em função disso, porque nós estamos, assim, naquela preocupação. A nossa casa, a nossa moradia, a nossa terra é em cima dessa área que está sendo pretendida pelos índios. Quero deixar claro que nós não temos nada contra eles. Eles são brasileiros, eles são seres humanos, eles têm todos os direitos tais quais nós temos. Só que eles deveriam ter deveres também, porque se nós trabalhamos para conseguir aquilo que nós temos, eles deveriam fazer isso também. Se eu busquei uma instrução universitária depois





de 20 anos de casada, deixando meus filhos em casa com meu marido para tentar melhorar, eles também deveriam fazer isso. Eu venho de uma família de oito filhos, de um pai que trabalhava de arrendamento para nós tirarmos meia dúzia de espiga de milho para podermos comer farinha, polenta, para ter o que comer. E, nem por isso, eu deixei de buscar aquilo que eu queria na minha vida. E corri atrás. Então, a nossa revolta é com isso. Se realmente for desapropriada essa área, a primeira coisa que acontece é que o meu marido morre, porque além de tudo, ele tem uma herança, tem uma raiz fincada ali. Foi ele que trabalhou, foi ele que cultivou, foi ele que preparou aquela terra. Ele tem amor por aquilo ali. Em segundo lugar, o que eu vou fazer com dois filhos cadeirantes? Para onde eu vou com eles? E em terceiro lugar, é a nossa vida. Nossa história está constituída ali, naquele pequeno pedaço. Moro a 3, 4 quilômetros daqui. Se quiserem nos visitar, fiquem à vontade. Estão lá os meus filhos. Meu filho dizia, no dia em que viemos participar de uma manifestação aqui: *“Mãe, o que vai ser feito de nós?”* Então, eu penso assim: são pessoas que têm direito? São. Agora, frente a uma lei que não entra na minha cabeça, até por falta, de repente, de conhecimento, qual é a diferença entre dois índios cheios de saúde chegarem à minha casa e dizerem *“Isso aqui é meu por herança de ancestrais”* e eu pegar dois filhos cadeirantes e ir para onde com eles? Eu pergunto aos senhores. Nós trabalhamos, trabalhamos dia e noite. Eu sempre trabalhei fora 8 horas por dia, atendendo dois filhos doentes, marido com problema de saúde, faço todo o serviço da casa, quem está aqui me conhece, sabe disso, porque faz mais de 35 anos que eu sou casada, e nós sempre moramos aqui. E nós nos vemos desamparados, sem saber para onde ir e o que fazer da vida. Hoje, meu marido está assim numa condição que eu acho que ele vai ter que até... não sei, porque não tem mais condições de trabalhar, porque ele vai para a roça, ele vem para casa chorando. Ele está nervoso, ele está fraco, ele não está conseguindo se manter no trabalho, e eu só com o meu salário não consigo manter a condição dos meus filhos, porque eles dependem de fisioterapia diariamente, psicóloga uma ou duas vezes por semana, fonoaudióloga, na base de 2 mil reais por mês de remédio — graças a Deus que tem uma Secretaria de Saúde em Mato Castelhana que me ajuda — dependem de carro especial, dependem de todo o acompanhamento dentro de casa, desde a higiene pessoal, porque eles não conseguem fazer. E aí, nós





precisamos! Meu Deus, trabalhamos para dar uma situação de vida, uma condição um pouquinho melhor para eles. É a nossa vida isso. Então, é preocupante. Como mãe, venho fazer um apelo. Se os senhores estão representando, que se faça alguma coisa. Tem onde colocar esse povo? Vamos colocar esse povo. Vamos dar condições de vida para eles. Mas eles também têm que buscar por eles. Por que nós, vindos lá de baixo... Eu vim de uma miséria, tinha água e pão. Hoje, tenho uma condição de vida um pouco melhor. Por que eles não fazem isso? Vamos dar as condições para que eles continuem, porque só ganhar o peixe e não aprender a pescar não vai resolver muita coisa. Desculpe o desabafo, pessoal, mas acho que eu tinha que trazer esse testemunho. E tanto quanto as outras pessoas. Tem um vizinho lá perto de casa que, quando esse pessoal começou a visitar, que deu todo aquele movimento de *“vai demarcar, vai demarcar, vão entrar nas casas”*, o homem teve um infarto e morreu. Vizinho nosso, João Chaves. E tantas outras pessoas estão nessa condição. Se realmente acontecer isso... Não é só o capital, eu quero deixar claro isso, não é só o capital, porque de repente os senhores podem dizer: *“Não, a gente vai indenizar, vocês podem ir em outro lugar”*. Mas temos um vínculo histórico, nós temos a nossa vida plantada ali. Temos amor por aquele lugar, que acredito que cada um dos senhores deve ter pela sua casa, pela sua história de vida, e que não pode fugir disso. Então, acho que tem opções no Rio Grande do Sul para colocá-los, para dar uma condição de vida, para que eles busquem, para que eles melhorem. Obrigada. Desculpe se eu me excedi, mas é de coração, sinceramente.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nós é que agradecemos, Dona Maria Helena, o seu testemunho.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - É importante esse relato da senhora, porque algumas pessoas pensam que esse é um conflito entre o grande produtor, o grileiro. É um argumento muito utilizado contra os índios. E aqui, no Rio Grande do Sul, pelo o que nós estamos vendo, esta não é a realidade, acho até que a maioria aqui se enquadraria em agricultor familiar. É isso mesmo?

A SRA. MARIA HELENA - É isso.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - A função da CPI — e nós estamos aqui representando a CPI, e não teríamos nem condições de comprar uma





terra — é investigar e propor alteração legislativa. E isso aí os Parlamentares vão fazer. E nesse quesito de investigação em que a CPI tem um papel importante, eu gostaria de perguntar aos senhores o seguinte: pareceu-me claro, até pela fala do Dr. Rodinei, que é bem evidente que em 1988 não tinha indígena aqui. Até agora todo mundo está falando isso. Os próprios indígenas afirmaram que chegaram ali em dois mil e alguma coisa. No entanto, parece que foi feito um laudo antropológico e que algum tempo atrás aqui teria tido indígena. Vocês sabem de alguma notícia de fraude, de alguma coisa errada, diretamente que o antropólogo, ou que algum funcionário da FUNAI fez ou tem feito aqui na região?

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Olha, no nosso processo faz um bom tempo, faz uns 2 anos que nós olhamos isso. Vou tentar recordar alguma coisa lá de dentro do processo. Bom, inicia pela falta de transparência, como contei antes. Não tivemos acesso a documentos básicos. Falta transparência. Segundo lugar, pela leitura que fiz do relatório, eles comentam da existência de possíveis índios caminhando na região de Campo do Meio, e daí acabam querendo generalizar, afirmando como se os índios de Campo do Meio eram esses mesmos de Mato Castelhana de 200, 300 anos atrás. Ou seja, a questão não é levada a sério, a investigação não é levada a sério, porque essas informações históricas, pelo que nós vimos, estão sendo generalizadas, falseadas, tratando o nosso caso como se fosse, talvez, um caso de algum outro Município da região. Mas, realmente, todas as histórias contadas dentro desse relatório são baseadas em fatos de 200, 300 anos atrás e que, na maioria, indicam, em tese, Campo do Meio. Até falei brincando, um dia, para o Vice-Prefeito de Gentil que Campo do Meio pertence a Gentil. Eu disse: *“Poxa, Arlindo, não te preocupa, o processo aí não começou. Mas, quando começar, o relatório, vai estar pronto, porque o nosso relatório de Mato Castelhana serve para Gentil”*. Eles só falam de Campo do Meio, Campo do Meio, Campo do Meio. Estão querendo demarcar Mato Castelhana, que, historicamente, são duas coisas diferentes, Mato Castelhana fica de um lado, Campo do Meio no meio e Mato Português do outro! Então tem essa questão também, falta de seriedade na forma de administrar as informações dentro do processo.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Campo do Meio é aquele Distrito de Gentil, onde tem...





O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Isso.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Foi onde nós visitamos.

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Isso. É o que está no relatório. Eu não estou falando nada mais, nada menos, é o que está escrito no relatório. Lembro também, comentamos com o pessoal da associação, que eles tiraram uma foto de um cemitério, que não está dentro da área indígena, que pretendem demarcar em Mato Castelhana, e colocaram dentro do nosso relatório como se fosse dentro da área que eles querem demarcar.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Está onde esse cemitério? Explique isso melhor.

O SR. RUDIMAR DA ROSA - Eu sou Rudimar, produtor rural do Mato Castelhana. Esse túmulo supostamente está dentro da área de Gentil, perto de Campo do Meio, pelo que a gente conhece do túmulo.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Longe da reserva?

O SR. RUDIMAR DA ROSA - Perto. Dá uns...

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Da reserva, não, da área?

O SR. RUDIMAR DA ROSA - Da área.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Da área que eles querem demarcar aqui, dá quantos quilômetros daqui?

O SR. RUDIMAR DA ROSA - Daqui até lá deve dar uns 17 quilômetros. Bem longe. E o túmulo é sozinho, dentro do mato, na beira da estrada que vai a Gentil, depois de Campo do Meio.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Mas se sabe que é indígena?

O SR. RUDIMAR DA ROSA - Não, ninguém sabe. Ninguém sabe.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E isso está no relatório?

O SR. RUDIMAR DA ROSA - Está. Tem foto. Tem foto e está no relatório. A gente conhece o túmulo lá, e provavelmente seja aquele.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eu gostaria que vocês narrassem: aqui, por acaso, tem algum problema recorrente nas reservas na





questão do uso dos cartões dos indígenas por um indígena que centraliza os cartões do Bolsa Família ou de algum benefício, que vai sacar ou usar no mercado?

(Não identificado) - Eu, não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ok.

(Não identificado) - Tu não tens?

A SRA. ELISANE ROCHA DE ARAÚJO - Sobre esse relato — nós temos mercado aqui —, quando eles vêm comprar, nunca vêm centralizado, é sempre cada um com o seu. Não é em grande quantidade. Muitos falam que eles compram, que eles têm um cartão, numa outra cidade. Só que agora eu não sei te dizer o nome. Mas aqueles poucos que ainda compram aqui no nosso comércio é cada um com o seu cartão. Quanto a isso, eu acho que não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Obrigado. Foi narrado aqui um episódio de violência numa barreira. Ocorreram mais episódios de violência entre indígenas, entre indígenas e brancos? Quem pode narrar isso para nós?

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Eu vou falar o que eu me lembro. Depois, tu contas, se for diferente. Em me lembro de uma situação em que teve uma briga dentro do acampamento e aí... Por favor, ajudem-me a lembrar. Teve a presença da Polícia, foi isso, e daí localizaram armas dentro? Localizaram armas ou não? Ajudem-me. Eu não me lembro.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Houve uma briga muito feia não é? Uma briga muito feia.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Foram presos e brigaram muito forte entre eles, tanto é que foram presos.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Brigas entre eles, eles, ofendendo vocês? Vocês se envolveram em alguma situação com eles, dentro do acampamento?

O SR. RUDIMAR DA ROSA - Briga entre eles.

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Entre eles.





O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Essas ocorrências são levadas ao conhecimento do Distrito Policial aqui em Mato Castelhana, ou não? Aqui tem Polícia Civil?

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Não, tem Polícia Militar.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - A Polícia Militar vai até o local?

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Vai. E, até pela situação, eu acredito que foram.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quem fez as prisões?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Mas, neste caso específico da briga, houve a vinda da Polícia Federal aqui ou da PM?

O SR. RUDIMAR DA ROSA - Veio, porque outro dia eles vieram ali e revistaram os acampamentos. Veio um ônibus da Polícia Federal. Não sei se foi da Polícia Federal, mas revistou todo o acampamento.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Ah, fizeram uma...

O SR. RUDIMAR DA ROSA - Uma varredura.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - ...uma inspeção ali dentro para ver se encontravam arma. Acharam alguma coisa?

O SR. RUDIMAR DA ROSA - Não soubemos. Aí não soubemos. Não é do nosso conhecimento.

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Nós podemos tentar essa informação e depois encaminhar.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Mas foi a delegacia que passou?

O SR. RUDIMAR DA ROSA - Foi.

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Acho que com a Brigada Militar de Mato Castelhana nós temos condições de conseguir alguma informação bem detalhada.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Eu vou conversar com o chefe amanhã e a gente tira essa dúvida.

O conflito entre indígena e não indígena, foi só esse do carro, ou teve algum outro?





A SRA. ELISANE ROCHA DE ARAÚJO - Teve o de um senhor que vende vinho. Ele estava vindo de Caxias do Sul — acho que liguei para vocês. Eu não consigo lembrar agora, mas posso passar o nome dele para vocês. Era um senhor idoso e ele ligou para o Uirapuru contando o episódio que ele tentou também passar a barreira, ele estava vindo entregar vinho, e eles quebraram os óculos dele, bateram nele e, como estava de passagem aqui, a gente disse para ele registrar ocorrência. Ele acabou não registrando, mas acabou nos avisando e ligando para o Uirapuru e, com certeza, ele pode passar o relato para vocês. Ele é uma pessoa bem idônea que eu conheço desde que eu era criança praticamente.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - A senhora tem o telefone dele?

A SRA. ELISANE ROCHA DE ARAÚJO - Eu vou conseguir e já lhe passo, tá?

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Teve um dia, não me recordo o nome mais, mas estava sentado à beira da BR e ele reclamou que de madrugada passa lá dando tiro, alguma coisa assim. Vocês têm conhecimento disso? Há briga entre eles? Há alguém da região? O que vocês podem falar sobre isso?

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Pelo que eu recordo, e o pessoal pode me ajudar a lembrar, nós ouvimos falar, acho que vimos no noticiário essa informação de que teriam passado pelo acampamento e disparado contra o acampamento, mas não é aqui em Mato Castelhano, é aquele logo adiante de Campo do Meio, no Município de Gentil. Foi lá, não é? Não foi aqui.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Não sabe quem disparou?

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Não, não sabemos. É assim: a informação do acontecido nós vimos na TV. Agora, fora disso, nós ouvimos falar — mas é ouvir, até nem sei se vale a pena dizer — que havia marcas de dentro para fora, como se houvesse disparos de dentro, entende? Mas não sei até onde essa informação procede, porque é uma informação que correu de boca em boca.

O SR. RUDIMAR DA ROSA - Eu acho que também é bom relatar porque no início era o cacique. O Jonas?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RUDIMAR DA ROSA - Não, antes do Jonas, o que está lá embaixo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)





O SR. RUDIMAR DA ROSA - O Dorvalino. Começou com o Dorvalino. O processo está no nome do Dorvalino, cacique. Não sei o sobrenome dele, é Dorvalino. Esse é que está com o processo. Ele veio aqui com a turma dele. Dali 2 anos, 3 anos, o Jonas veio com a turma dele e atropelou ele. Ele saiu, ficou um tempo fora e, dali uns 2 anos, ele voltou, e agora está lá no acampamento de baixo. Eles não se dão, são inimigos de morte.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Entre quem e quem?

O SR. RUDIMAR DA ROSA - Entre o Jonas e o Dorvalino.

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Na verdade, tem três acampamentos em Mato Castelhana.

O SR. RUDIMAR DA ROSA - É. Daí deu disputa, não sei se foi por terra, ou sei lá o quê. Então, eles não se dão. Daí ele voltou e continuou lá embaixo. E o Jonas aqui em cima. Ele morava aqui em cima, onde o Jonas está hoje.

O SR. EVANDRO OLIVEIRA E SILVA - Doutor, posso fazer uma pergunta, por uma questão de curiosidade? Vocês da CPI hoje têm informação de quantos hectares são de terras indígenas hoje no Estado do Rio Grande do Sul e quantas famílias e quantas pessoas estão assentadas em cima dessas áreas?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - São em torno de 110 mil hectares e, ao que consta, em torno de 32 mil pessoas.

O SR. EVANDRO OLIVEIRA E SILVA - Cento e dez mil hectares? Se eu dividir isso por número de habitantes...

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - São treze hectares por pessoa, mais ou menos.

O SR. EVANDRO OLIVEIRA E SILVA - O.k.

O SR. JOÃO CAETANO DA ROSA NETTO - Acho que vale a pena relatar mais alguma coisa. Um proprietário, José Antonio Canali, tinha um funcionário que cuidava dos açudes dele, da criação de peixe. Ele tinha mais ou menos 1,5 hectares de parreiral, onde ele fazia o vinho. Quando chegaram os indígenas, o que aconteceu? Dali uns tempos, eles praticamente começaram a andar muito na propriedade e o caseiro não quis ficar mais, acabou abandonando a propriedade. Ele não conseguiu mais ninguém para cuidar, começou ele mesmo a cuidar da propriedade, sozinho. A casa dele foi toda depredada pelos índios. O Dr. Marcelo





também pode ter acesso a informações. O proprietário José Antonio Canali fez várias denúncias no Ministério, na Polícia Civil, não sei se ele foi à Polícia Federal ou não. Não me recordo.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - O senhor iria à Polícia Federal para narrar isso, se o senhor fosse intimado?

O SR. JOÃO CAETANO DA ROSA NETTO - Com certeza.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Qual o seu nome completo?

O SR. JOÃO CAETANO DA ROSA NETTO - João Caetano da Rosa Netto. A casa dele está toda depredada lá. Está lá. Para quem quiser ver, ele pode mostrar. Ele tinha mais não sei quantas garrafas para embalar vinho. Eles quebraram todas elas. O parreiral hoje está desativado, porque não conseguiu mais colher uvas, eles praticamente iam lá e levavam tudo, e está abandonado. Está lá para quem quiser ver, se alguém de vocês quiser fazer uma visita.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - (*inaudível*) fizeram esse apedrejamento lá?

O SR. JOÃO CAETANO DA ROSA NETTO - Olha, enxergar ninguém enxergou. Ele colocou câmeras lá. Essas câmeras parecem que registraram só que tem que pegar a empresa que colocou. Parece que está registrado isso aí.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Mas foi feita alguma coisa na Polícia Federal? Foi comunicado?

O SR. JOÃO CAETANO DA ROSA NETTO - Eu não sei se ele foi à Polícia Federal, Doutor, mas à Polícia Civil e ao Ministério Público ele foi várias vezes, que a gente sabe.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - O senhor iria à Polícia Federal para narrar isso?

O SR. JOÃO CAETANO DA ROSA NETTO - Ele também pode ir. Com certeza, ele vai. O senhor anota o nome dele que ele com certeza vai. Ele tem várias denúncias. Ele fez isso aí. E está tudo abandonado lá. A propriedade está desativada.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Seriam os índios desse grupo do Jonatas?





O SR. JOÃO CAETANO DA ROSA NETTO - Com certeza. O mais próximo é esse, o mais próximo de lá é esse.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não sei se os colegas têm mais alguma coisa para perguntar.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Eu tenho mais uma pergunta para poder me situar melhor, porque começamos a tomar pé das coisas agora, não é? Em relação a esse estudo e levantamentos que a FUNAI fez, os agricultores foram ouvidos pela FUNAI?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Não. Em que pé está essa situação hoje exatamente? Há toda uma narrativa no tempo. E hoje?

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Hoje, pelo que nós sabemos, está na mesa do Presidente da FUNAI aguardando um despacho para determinar a publicação do relatório e do mapa da pretensa área que, aí sim, claro, primeiro ele vai dizer: *“Olha, é terra indígena. Então, agora, vocês têm 90 dias para apresentar algum documento”*. É essa a situação. Pelo procedimento atual, eles consideram que a terra indígena para depois permitir que nós apresentemos algum documento. Ninguém teve chance até hoje de se defender ou de prestar um depoimento, um testemunho, alguma coisa nesse sentido.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Não houve contraditório, ampla defesa, em momento nenhum.

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Não.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - E, depois de um processo longo, conduzido pela FUNAI durante anos, os produtores têm apenas 90 dias para que se virem, tomem conhecimento e apresentem as razões de defesa.

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Isso. A única... E é preciso registrar para ser justo: a única oportunidade que lhes permitiria que alguém de Mato Castelhana participasse de uma fase no processo foi justamente na fase da... na fase da... do levantamento fundiário, ou seja, para que eles pudessem chegar às casas com um pouquinho mais de tranquilidade, porque um vê alguém de Mato Castelhana junto, mas essa pessoa não ia ter direito de se manifestar, apresentar relatórios. Ela ia ter que só acompanhar o grupo técnico que ia fazer esse





levantamento fundiário, que se resume simplesmente em visitar cada propriedade, identificar os proprietário e ver se eles tinham matrícula, escritura da terra oficial. Só isso. Fora isso, mais nada. Inclusive nós tivemos que entrar com uma ação judicial também, para conseguir o acompanhamento dessa pessoa. E foi uma situação bem complicada, até pelo seguinte: nada contra, de forma alguma, sem desprestigiar o trabalho que é feito pela Polícia Federal, mas a Polícia Federal acompanhou o grupo técnico.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Veja bem, nós temos várias formas de interpretar uma situação. Aí tu tens um agricultor que se prestou para trabalhar a vida inteira, cuidando da sua propriedade, alguns tendo a oportunidade de comprar um pedacinho a mais de terra; outros não tendo essa oportunidade, tendo que vender para outros. E do dia para a noite vem a Polícia Federal chegando acompanhada, claro, com as suas metralhadoras. É uma questão de segurança, no meu entendimento, mas, para a maioria daqueles agricultores, vinha a Polícia Federal do lado da FUNAI fazendo o levantamento das residências, armados com as metralhadoras e dando todo o suporte para a FUNAI. Esse foi o entendimento de quase todos os agricultores, pessoas simples, que não estão acostumadas a brigar, a lutar, a pegar em armas para se defender.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Ou seja, a Polícia Federal passa a ser vista como inimiga.

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Isso. Mesmo sem falar, mesmo sem falar...

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - ... a Polícia Federal não costuma... Se vocês souberem de algum abuso da Polícia Federal, têm que ligar para a Corregedoria imediatamente. Primeiro ponto. Segundo ponto: a Polícia Federal, quando faz esses acompanhamentos, faz com determinação legal ou por determinação superior. Como nós somos servidores públicos, nós não podemos deixar de cumprir a determinação. É caso de exoneração. Então, a gente acaba tendo que cumpri-la. E tenho que explicar para os senhores que a arma é o instrumento de trabalho do policial. Então, muitas vezes... E já teve caso em Mato Grosso, por exemplo, que eu saio em diligência, achando que seria uma coisa





simples, e dou de cara com um grupo de assalto a banco. Então, o policial, quando sai a campo, sai com a arma, porque ele não sabe o que vai encontrar. E a arma é o instrumento de trabalho dele. Agora, se alguém tiver alguma coisa de errado na Polícia Federal, leve ao conhecimento da Corregedoria, porque com certeza será apurado.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Só para esclarecer, o meu comentário não foi, de forma nenhuma, para denegrir a imagem da Polícia Federal.

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - O meu também. O meu também.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Foi para deixar patente como o agricultor tinha a percepção da Polícia Federal nesse momento. A Polícia Federal é uma das instituições mais sérias que nós temos no País. Nós estamos vendo aí o trabalho dela.

A SRA. MARIA HELENA - É só para complementar. O agricultor, eu vejo a situação do meu marido, que não tem, assim, não teve muita instrução ou que vive uma vida pacata, o momento que vem, que aconteceu com nós lá em casa, carro chegando, polícia descendo de todo lado, armada na frente da tua casa... (*ininteligível*) O que é que eu fiz de errado? É essa condição. Não é nada contra a polícia. A gente sabe que é o trabalho da polícia. Mas (*ininteligível*) situação pelo fato, nós passamos 1 semana praticamente fechados dentro de casa, nós e a vizinhança toda, porque até com a movimentação de policiais... Na concepção de uma pessoa pacata, do interior, polícia é sinônimo de prender alguém que fez alguma coisa errada.

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - A gente entende, e infelizmente a gente tem de cumprir essas determinações.

O SR. RUDIMAR DA ROSA - É que na verdade a gente fica com medo, nós agricultores, porque todas as coisas que a FUNAI fez até hoje foram escondidas.

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - E, aliás, a presença da Polícia Federal, juntamente com a FUNAI, eu, na minha opinião, acho que é uma segurança.

O SR. RUDIMAR DA ROSA - Claro que é, senão os caras já tinham apanhado.





O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - E isso vai ser feito de forma correta. Essa situação vai ser feita de forma correta. É tanto bom aos senhores como à própria... Atestar a conduta dos senhores vai ser uma conduta lúdima e a conduta da pessoa que vai também é uma conduta lúdima. Então, não há como puxar a sardinha para o lado de ninguém. A Polícia Federal está ali para atestar que nada de errado está sendo feito. Essa é uma garantia também, a presença da Polícia Federal.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Uma pergunta nesse sentido: quando foram fazer o levantamento fundiário, quero saber, eles fizeram? Outra coisa: eles fizeram com alguns ou não fizeram com outros? Foi o que eu entendi. Alguns deixaram, outros não deixaram. E foi a primeira vez que eles avisaram antes que iriam? Eles chegaram e falaram, explicaram o que estava acontecendo? Em que ano foi isso mais ou menos? Só para ter uma... Esse levantamento fundiário foi feito antes da oportunidade de qualquer um dos senhores se manifestarem no processo. Isso não aconteceu ainda. Então, quanto tempo depois? Eles avisaram que estavam indo ou não avisaram?

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Na verdade, foi no ano de 2013, no ano de 2013. Foi quase que em meados... Eu lembro que nós tínhamos algumas audiências com o Ministro da Justiça. E aí me parece que nós tínhamos algumas audiências lá também, quase que nessa época, e nós relatamos essa situação que aconteceu aqui lá no Ministério da Justiça. Quanto às visitas, foi algo assim realmente bem abrupto, de uma hora para outra, porque nós não tivemos a chance de nos manifestar antes. E, aí, já chegaram no momento do levantamento fundiário, já para visitar as propriedades. Se foi dado o prazo de 10, 15 dias, 30 dias, eu não me recordo agora. Mas chegaram num momento inapropriado, chegaram tarde, chegaram só para verificar quem estava em cima da área, porque eles tinham obrigação, pelo procedimento administrativo, de por o nome desse pessoal lá e relacionar eles dentro do processo, porque, senão, nem por aqui tinham passado.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Dentro desse processo tem o nome de todo mundo ou algumas pessoas deixaram, ficou faltando? Foi benfeito esse levantamento fundiário?





O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Pelo que nós observamos, pela Associação, não tem o nome de todos lá. Ficaram faltando pessoas. Ficaram faltando pessoas.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Uma outra questão: vocês disseram que tiveram dificuldade de acesso. Que medidas vocês tomaram para ter acesso à documentação?

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Foi ingressado com uma ação cautelar de exibição de documento.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o que a FUNAI disse como resposta nesse processo? O que ela contestou nessa...

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - Ela manteve a mesma linha de pensamento, a mesma linha de pensamento do ofício que ela havia nos encaminhado antes: que seriam documentos de cunho reservado, que somente seriam publicados depois que houvesse a publicação do relatório no *Diário Oficial*, que aí sim seria o momento apropriado para os agricultores se manifestarem.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O Município teve participação nesse processo?

O SR. ALEXSANDER PICOLO DA ROSA - O Município também fez pedidos e não teve acesso aos documentos. O processo foi de autoria da associação, foi só da associação.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mais alguma questão?

Bem, então, assim, em nome dos colegas, em nome da CPI, em nome do Presidente da CPI, eu agradeço a gentileza de vocês terem nos recebido, de uma forma tão abrupta. Mas o nosso trabalho é bastante corrido. Temos trabalhado até tarde, de madrugada, e levantado cedo. E o fato de vocês se disporem, mesmo assim, meio em cima da hora, de nos receber e nos explicar e nos contar o que aconteceu aqui e colocarem as suas expectativas, é uma amostra de muita educação, muita gentileza.

Nós agradecemos muito e nos comprometemos a que as nossas proposições, o nosso relatório e as medidas que nos couberem serão tomadas com toda





seriedade, com toda honestidade, para que essa situação envolvendo brasileiros, envolvendo direitos legítimos dos senhores, seja resolvida da melhor forma possível.

Vai, então, o meu agradecimento e uma boa tarde a todos os senhores.

Muito obrigado.

